

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Campanha difamatória

Apesar da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, que ordenou o prosseguimento das obras de despoluição do lago Paranoá, prossegue a campanha contra a execução do projeto. Filiados a interesses personalistas e a preconceitos ideológicos irracionais, os mentores desse movimento querem a todo custo embargar os trabalhos, embora comprovadamente fundamentais para a preservação da saúde e bem-estar da coletividade.

Os estudos realizados pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília, já submetidos ao crivo de duas comissões de notáveis e aprovados nos mais renomados foros técnicos do País, compatibilizam tecnicamente a iniciativa e demonstram sua perfeita adequação às disfunções ecológicas que visa corrigir. Assim, a manutenção das resistências, principalmente da parte da Secretaria do Meio Ambiente, denuncia a existência de uma conspiração com objetivos ilícitos ou, para dizer o mínimo, inspirada em rancores pessoais.

Prova da viabilidade técnica do projeto, inclusive mediante pronunciamento terminal da mais alta corte de Justiça do País, os detratores agora levantam suspeição sobre o custo das obras, que teriam evoluído de 45 milhões para 150 milhões de dólares. Trata-se de calúnia evidente, pois é absolutamente inverídica a evolução das cifras para aquele total.

Enquanto questionam por essa forma inconsequente as obras de despoluição do Pa-

ranoá, os caluniadores estão pouco preocupados com os prejuízos causados à cidade e à sua população. O Banco Interamericano de Desenvolvimento já notificou o Governo do Distrito Federal que o financiamento para o projeto de ampliação do abastecimento de água só será liberado após decisão definitiva sobre a despoluição do Paranoá, iniciativa obviamente associada às questões de saneamento e provisão de recursos hídricos.

De nada valeu aos dirigentes dessa campanha de difamação o desmonte da farsa armada em torno da concorrência pública, naquela ocasião posta sob grave suspeita de irregularidades. Como se recorda, o **CORREIO BRAZILIENSE** provou a falsidade dos expedientes usados para desmoralizar a concorrência. Mas, à falta de novos argumentos e diante da decisão judicial irrecorrível, busca-se agora obstar ao máximo o início das obras, com o questionamento de formalidades burocráticas e acusações ridículas. E o caso, por exemplo, da notificação feita à Caesb pela Secretaria do Meio Ambiente para apresentar as licenças técnicas, assunto já discutido e resolvido nos foros mencionados.

Nada disso, porém, evitará o imediato início das obras, tanto porque os óbices apresentados constituem matéria vencida, por decisão unânime do STF, quanto porque a população se mantém vigilante e exigirá a execução do projeto tal como o concebeu a Caesb.